



**Missão transformadora  
de David Bosch:  
um livro para incomodar**

---

*por Rafael Zulato Langraff*

Este ensaio tem por objetivo apresentar minhas impressões após a leitura do livro “Missão transformadora: mudanças de paradigmas na teologia de missão”, servindo de pré-abordagem para munir o leitor de algumas informações importantes antes do estudo deste livro que é – ao meu ver – uma leitura obrigatória para reflexão acerca da teologia da missão. Este texto é a primeira parte de uma série, a ser seguido por quatro artigos que abordarão tópicos específicos e relevantes do livro de David Bosch, alguns citados já neste ensaio.

Em uma biblioteca pessoal é provável que existam diversos livros que ultrapassem as seiscentas páginas, no entanto, quase em sua totalidade, estes consistirão em livros de consulta (dicionários, manuais etc.) que não têm por objetivo – ainda que possam – serem lidos de capa a capa. No entanto, este é apenas o primeiro aspecto – e o mais superficial de todos – que causa incomodo ao nos depararmos com o livro “Missão transformadora” de David Bosch.

O volume do livro se justifica no método e objetivo utilizados pelo autor. Bosch escreve um texto de cunho histórico com abordagem sociológica e não filosófica. Deste modo, o autor não se ocupa em discutir os diversos conceitos que aparecem no decorrer da história ao descrevê-los expondo suas debilidades, raízes e inconsistência como modelos válidos para os dias atuais. Baseado na hipótese de Thomas Kuhn, David Bosch defende que as mudanças teóricas na história ocorrem através de paradigmas, onde cada novo paradigma justapõe até substituir o anterior. Segundo ele, encontramos estas mudanças na história da missão. Bosch descreve, primeiramente, as bases da missão no contexto da igreja primitiva, dos evangelistas e de Paulo, em seguida, as mudanças de paradigmas no desenvolvimento da igreja nos primeiros séculos (patrística), na idade média, na reforma protestante e, por fim, no período moderno iluminista onde moram as raízes mais profundas e o modelo defendido pela igreja atual. A tese central do livro é que estamos vivendo um novo período na história que requer um novo paradigma de missão. Assim, ele nos conduz a todos os pormenores da história que construíram o paradigma atual, para apresentar a insuficiência deste no mundo hodierno. Segue que Bosch desafia os princípios tradicionais atualmente aceitos, e isto, naturalmente, causa incomodo.

*A tese deste estudo é que, no campo da religião, uma mudança de paradigma sempre significa continuidade e câmbio, fidelidade ao passado e coragem para enfrentar o futuro, constância e contingência, tradição e transformação. Isso se aplica a cada uma das cinco mudanças de paradigma investigadas até o momento: elas eram tanto evolucionárias quanto revolucionárias. É claro que por ocasião de praticamente cada mudança de paradigma – mormente naquelas que se processaram de uma forma mais dramática, como o paradigma do cristianismo primitivo e o da Reforma protestante – sempre houve a tendência de reagir de duas maneiras completamente opostas. Algumas pessoas tentaram resistir à mudança ou, ao menos, neutralizar o câmbio que parecia estar interrompendo em toda parte em volta delas; outras tendiam a reagir desproporcionalmente, a fazer uma ruptura total com o passado e a negar a continuidade com o que lhes fora legado. (...) Causaria estranheza se o atual período de incerteza tampouco suscitasse candidatos que propagam ou um apego convulsivo ao passado, ou um retruque até mesmo mais “conservador” (...) ou, pelo contrário, uma abordagem do tipo “terra arrasada”, oferecendo, por exemplo, alternativas para a fé cristã como única maneira de responder com eficácia aos desafios que estão diante de nós. (BOSCH, p.439-40)*

Côncio da dimensão das consequências do que está propondo, na terceira e última parte do livro, David Bosch problematiza a questão do modelo de missão aceito como ideal sem se preocupar em apontar soluções de modo objetivo. Não obstante, ele demonstra os pontos onde há a necessidade de mudanças, diálogos ou reflexões.

O texto de Bosch é complexo e repleto de bifurcações. Nas duas primeiras partes do livro ele apresenta detalhes de muitos modelos teológicos acompanhados de exemplos e citações, contrapondo uns aos outros exaustivamente. Como resultado, o leitor corre o risco de perder a linha de raciocínio e achar que o autor está – em diversos momentos – dando a própria opinião ou defendendo alguma premissa, quando ele está na verdade expondo as vozes que defendem e discutem este ou aquele modelo. Na terceira parte do livro, a complexidade se perpetua. O próprio Bosch alerta no início do capítulo 12 acerca do desafio que se apresenta:

*Os elementos examinados abaixo não devem ser, de forma alguma, vistos como componentes distintos e isolados de um novo modelo; eles se encontram todos inter-relacionados. Isso significa que, ao abordarmos um elemento específico, todos os outros estarão sempre presentes de alguma maneira. A ênfase deveria estar, portanto, constantemente na integralidade e indivisibilidade do paradigma e não em seus ingredientes separados. Ao focalizarmos um elemento de cada vez, todos os outros igualmente estarão presentes e visíveis, embora à margem da linha focal. (Bosch, p.442)*

Em seguida, ele fornece treze elementos da missão enfatizando as necessidades de reflexão, debate, desenvolvimento ou rompimento. Sendo estes elementos a chave para libertar-se do paradigma atual, é óbvio que muitos deles envolvem temas comumente evitados – residindo aí, possivelmente, a seção de maior incomodo ao leitor. Em cada um dos tópicos do capítulo que segue os treze elementos (só o capítulo 12, contém 163 páginas!) ele desenvolve, à semelhança do restante do livro, um resumo da história, dos principais pontos de vista e linhas teóricas. Aqui o leitor caminha entre dois abismos: de um lado, corre-se o risco de abandonar a premissa apresentada pelo autor na citação acima e mergulhar em um dos elementos da missão sem levar os outros doze em igual consideração devido ao aprofundamento de cada um deles. Neste ponto, a dificuldade é um problema contumaz, pois ainda que o autor faça o alerta supracitado e, vez ou outra, lembre e aponte para questões já observadas nas primeiras seções do livro, a profusão de conteúdo torna o desenvolvimento da leitura um solo pedregoso. Na tentativa de amenizar os percalços, Bosch resume no capítulo dez os principais aspectos abordados no capítulo anterior – em que ele trata do paradigma do iluminismo – e faz uma ponte para a última seção do livro através do pequeníssimo (em relação aos demais) capítulo onze, onde ele destaca a necessidade de desenvolver um novo paradigma, tema trabalhado no início do livro. Do outro lado do abismo, o leitor corre novamente o risco de se perder no desenvolvimento histórico e tirar conclusões que o autor não deseja apresentar.

Por exemplo: ao tratar o aspecto da missão como mediação para salvação – apenas um dos treze elementos sugeridos – Bosch se ocupa primeiro em demonstrar a interpretação tradicional de salvação e, em seguida, dialogar com o conceito de salvação no paradigma moderno. A esta altura, após a leitura de todo o subtópico, encontra-se o seguinte parágrafo:

*Não pode restar dúvida de que a interpretação de salvação que emergiu no pensamento e prática missionários recentes introduziu nessa definição elementos sem os quais ela seria perigosamente estreita e anêmica. Num mundo em que as pessoas dependem umas das outras e cada indivíduo existe em uma rede de relacionamentos inter-humanos, é de todo inviável limitar a salvação ao indivíduo e a seu relacionamento pessoal com Deus. Ódio, injustiça, opressão, guerra e outras formas de violência constituem manifestações do mal; a preocupação com a humanidade, a vitória sobre a fome, a doença e a falta de sentido fazem parte da salvação pela qual esperamos e trabalhamos. Os cristãos oram que o reino de Deus venha e que a vontade de Deus seja feita assim na terra como no céu (Mt 6.10); conclui-se daí que a terra é o locus da vocação e santificação da pessoa cristã. (BOSCH, p.475)*

Deste modo, tudo que havia sido apresentado acerca da salvação, é contrastado neste parágrafo que pode sugerir a conclusão do autor acerca do tema da salvação. No entanto, Bosch apenas está apresentando uma conclusão parcial e crítica ao paradigma da missão moderna com fortes raízes no iluminismo.

Ao virar a página, o autor inicia um novo tópico intitulado “crise na compreensão moderna de salvação”, onde ele apresenta a crítica às definições anteriores.

*O resultado inevitável de grande parte do paradigma moderno é que as necessidades e soluções do mundo são descritas em termos que, até certo ponto, são independentes de Jesus Cristo (...) Em resumo, a salvação e o bem-estar, embora estejam estreitamente conectados, não coincidem de maneira integral. A fé cristã é um fator crítico, o reinado de Deus, uma categoria crítica, e o evangelho cristão não é idêntico à ordem do dia de movimentos modernos de emancipação e libertação. (BOSCH, p.477)*

Na sequência, Bosch faz uma citação da definição do Conselho Mundial de Igrejas de 1973, que afirma que “salvação é uma relação vertical (...) que acarreta relacionamentos horizontais (...)”. Sendo que, “o vertical não deve ser substituído pelo horizontal. Por mais desejável que sejam as melhorias sociais, o empenho por elas não deve substituir as exigências bíblicas da/pela salvação” (BOSCH, p.477). Mais uma vez incorremos no risco de apontar conclusões e definir esta ou aquela opinião como a voz do David Bosch. No entanto, imediatamente após a citação acima, ele traz outra, agora do teólogo dinamarquês Johanes Aagaard, que afirma que “em contraposição a esse tipo de abordagem, precisamos afirmar que a redenção jamais é salvação para fora deste mundo (salus e mundo), mas sempre salvação deste mundo (salus mundi).” Bosch acrescenta: “A salvação em Cristo é salvação no contexto da sociedade humana rumo a um mundo íntegro e curado” (BOSCH, p.477).

Caso, neste momento, nos convençamos que o assunto está encerrado, no tópico seguinte, Bosch segue com novas conclusões ainda para o subtópico “missão como mediação para a salvação”, onde ele amplia ainda mais as definições:

*Nós necessitamos de uma interpretação de salvação que opere dentro de um quadro cristológico abrangente, que torne o totus Christus – sua encarnação, vida terrena, morte, ressurreição e parúsia – indispensáveis para a igreja e a teologia. Todos esses elementos cristológicos tomados em conjunto constituem a práxis de Jesus, aquele que inaugurou a salvação e igualmente nos proveu de um modelo a emular.*  
(BOSCH, p.478) [1]

O exemplo apresentado se repete diversas vezes em todas as seções, tópicos e subtópicos do livro. Um leitor desatento que encerre a sua leitura de um dia em uma destas seções e retorne outro dia no próximo tópico, sem se dar conta de como David Bosch tece o seu conteúdo, incorre no risco de perder esta linha de raciocínio do autor e apontar como opinião de Bosch algo que está fora de contexto ou ao menos sem toda a abrangência pretendida pelo autor.

Devido ao método utilizado por Bosch, não é possível discordar dele objetivamente em nenhum momento, ao menos que se discorde da premissa original, a saber, a de que há a necessidade de refletir acerca das definições atuais e rumar ao desenvolvimento de um novo paradigma da missão. Uma vez que o leitor discorde de algo que está sendo dito, estará discordando desta ou daquela teoria apresentada por Bosch e, conseqüentemente, concordará com ele em sua premissa. No início deste ensaio, foi dito que David Bosch desenvolve um texto de cunho histórico através de uma abordagem sociológica e não filosófica. Segundo o autor, “talvez a teologia das religiões seja eminentemente uma área que deveríamos explorar ajudados pela poiesis e não pela teoria” (BOSCH, p.577).[2] Mediante ao fato de não haver uma convencional proposta de solução e, no lugar disso, ser condicionado a reflexão acerca dos rumos necessários que a missão deve tomar, o leitor encontra-se constantemente ora questionando a validade das bases teóricas aceitas como fundamentais ora conflitanto-as com outras tantas também insustentáveis, que resulta em uma posição defensiva ou de desconstrução que, em ambas, geram desconforto. Novamente, o incomodo.

Aqui jaz, possivelmente, o ponto fraco do texto de Missão transformadora. Pela lógica dedutiva, um argumento deve ser válido, solido e convincente. Podemos dizer que as conclusões (ao menos às que o autor conduz o leitor a tirar) seguem das premissas; o que torna o argumento central do livro válido. Ele também é convincente, e alcança tal sucesso no volume dos argumentos, quantidade de fontes e descrições históricas. Contudo, a solidez do argumento depende de premissas verdadeiras e fundamentadas. Ao não objetivar definições concretas, mas convidar à reflexão, Bosch também não pode estabelecer fundamentos concretos para suas premissas.

Duas causas resultam na fraqueza da solidez do argumento do livro: em primeiro lugar, Bosch prefere a teologia histórica (tradição) à teologia sistemática ou bíblica. Seu texto de cunho sociológico busca descrever e expor conceitos defendidos no decorrer da história através da narrativa. Isso se dá pelo seu objetivo de demonstrar que todos os conceitos existentes de missão que minam o paradigma atual não oferecem recursos para os problemas apresentados e, conseqüentemente, necessitam da formulação de novas bases. Em resumo, a tese do livro exige a desconstrução de todos os fundamentos dogmáticos. Em segundo lugar, como a constatação do Bosch – e aqui talvez encontramos umas das poucas inserções de opinião do autor – é de que o novo paradigma emergente deve ser de caráter ecumênico, ele não pode alicerçar fundamentos teológicos sólidos que conflitem com as diversas linhas teológicas e dogmáticas que ele apresenta no decorrer do livro, pois todas são alvos da crítica do autor. Resumindo em linguagem trivial, Bosch atira em todas as direções e não pode aderir a nenhum dos lados para o qual dirige suas críticas.

O problema é que ao não atracar sua teologia em nenhum pír dogmático, Bosch abre mão de seus fundamentos. Todavia, para defender o modelo ecumênico, ele necessita aderir uma neutralidade que já é em si mesma uma escolha dogmática e, no caso, traz consigo os métodos acadêmicos ocidentais – o que configura um paradoxo por estar no alvo da crítica central do próprio texto, uma vez que o academicismo ocidental possui raízes no iluminismo moderno. Por exemplo:

David Bosch compreende que missão é – em alguma medida – “a proclamação do senhorio de Cristo” (Otto Michel citado por BOSCH, p.107). No entanto, ele está preso aos parâmetros da crítica das fontes que limita os evangelhos a meros pontos de vista dos evangelistas, o que reduz o texto bíblico a estórias de Cristo.[3]

*É claro que não temos mais qualquer acesso direto à estória de Jesus. O único acesso que temos a essa estória é através dos autores neotestamentários, particularmente daqueles que escreveram nossos quatro evangelhos. A subdisciplina da crítica das formas, que dominou a pesquisa (ocidental) do Novo Testamento da década de 1920 até a de 1950, todavia, nos ensinou a ser muito céticos em relação à confiabilidade histórica de nossos evangelhos e a aceitar como autênticos apenas aqueles ditos de Jesus que não poderiam de maneira alguma ter sido “inventados” pela tradição subsequente. (BOSCH, p.39)*

Outro problema acarretado pela escolha de uma pseudoneutralidade da parte do autor encontra-se no abandono da abordagem de alguns aspectos essenciais para a prática da missão. Chama a atenção, por exemplo, na terceira parte do livro, ao apresentar os elementos para o desenvolvimento do paradigma ecumênico emergente, a ausência completa de aspectos devocionais. Em nenhum momento, em todo o livro, Bosch trata da relevância da oração [4] ou do modo de conhecer/relacionar-se com o Cristo a ser proclamado. Apesar de definir a missão de Deus como “derivada da própria natureza de Deus” (BOSCH, p.467), o autor escolhe não abordar – ou simplesmente ignorar – aspectos da necessidade de a missão depender de

Deus ou da necessidade da ação do Espírito Santo. Mediante as dificuldades reais para solucionar alguns dos temas apresentados e para desenvolvimento do novo paradigma proposto, o método de Bosch depende do fluxo natural da dialética resultante de um exercício reflexivo que ele denomina de tensão criativa.

*Isso significa que tanto as forças centrífugas quanto as centrípetas do paradigma emergente – diversidade versus unidade, divergência versus integração, pluralismo versus holismo – terão de ser levadas em consideração do começo ao fim. Uma noção crucial será, nesse sentido, a de tensão criativa: só no campo de força de aparentes opostos começaremos a acercar-nos de uma forma de teologizar relevante para nossa época. (BOSCH, p.441)*

Como vimos acima, a raiz deste problema está no argumento tese de David Bosch. Por um lado ele busca manter-se fiel ao seu princípio de possível – segundo ele – neutralidade:

*(...) tentarei sublinhar alguns dos elementos de um modelo emergente de missão. Minhas reflexões permanecerão sempre tentativas, constituindo-se em sugestões e não em definições dos contornos de um novo modelo. (BOSCH, p.441)*

Contudo, ele já parte do princípio de que este novo modelo é ecumênico e escolhe (e necessita escolher) uma voz própria, que, no caso, é acadêmica de cunho ocidental enraizada no iluminismo racionalista. Encontramos aqui, portanto, uma falácia lógica de petição por princípio.

Em suma, apesar das dificuldades e problemas apresentados, o texto Missão transformadora de David Bosch possui um valor elevadíssimo como material de estudo, compêndio histórico acerca da teologia da missão e, acima de tudo, como provocação. Bosch conduz o leitor a refletir sobre as bases dos dogmas que sustentam as definições atuais acerca da missão, expõem a fragilidade de diversos temas comumente evitados e, neste ponto, obtém sucesso ao provar sua tese da necessidade de uma reflexão que resultará em um novo paradigma da missão. O texto de Bosch se propõe a isso e, para tal feito, é necessário tirar o leitor de sua zona de conforto, e isto, simplesmente, causa incomodo.



1] Neste trecho, Bosch se apoia nas definições apresentadas na primeira seção do livro, onde ele desenvolve a missão na ótica dos evangelistas e de Paulo. Mais um exemplo do intrincado método de argumentação do autor.

[2] Para não erguer suspeitas de que incorremos ao erro de descontextualizar o autor conforme alertado neste ensaio, é importante ressaltar que esta citação está inserida no tópico onde Bosch reflete sobre a importância do diálogo em relação à missão como testemunho à adeptos de outras religiões vivas; assim, ele faz esta afirmação com o objetivo de demonstrar que não é viável apoiar-se em definições teológicas concretas para uma missão relevante, antes, deve-se estar aberto ao diálogo que permitirá o desenvolvimento de uma reflexão contextualizada.

[3] Veja outro exemplo ao se referir a “estória de Abraão” na p.36

[4] A palavra oração ocorre 18 vezes no livro: 5 vezes referindo-se a oração modelo de Jesus – o “pai nosso” (p. 47, 144, 155) ou à prática de orar de Jesus (p. 106, 115); 2 vezes referindo-se à citações do evangelho de Lucas, acerca da oração de Estevão (p. 154) e da oração do “cobrador de impostos” (p. 141); 8 vezes referindo-se à prática dos pais da igreja, dos puritanos e dos pioneiros na missão – como constatação de prática e não, necessariamente, como modelo a ser replicado (p. 260, 287, 316, 341, 380, 445, 462, 465); 1 vez comentando sobre as práticas no culto veterotestamentário (p. 36); 1 vez nas notas finais do livro, acerca da campanha de oração de um movimento pela evangelização (p. 634). Apenas 1 vez aparece relacionado à prática esperada para a igreja, descrita por Paulo, mas dentre uma lista de outras atividades onde a ênfase do autor é dada à postura da igreja de servir a sociedade e nenhuma ênfase é dada à oração (p. 190).

**Base bibliográfica para todas as citações:**

BOSCH, David J. Missão transformadora – mudanças de paradigma na teologia da missão; Ed. Sinodal, 5ª ed. São Leopoldo/RS, 2021